

APRENDIZADO EM BRAILLE E LIBRAS: MÚLTIPLOS CAMINHOS, UM SÓ DESTINO

LEARNING IN BRAILLE AND BRAZILIAN SIGN LANGUAGE: MULTIPLE PATHS, ONE DESTINATION

Jorge José Klauch

Universidade Candido Mendes, Brasil

Simone do Socorro Azevedo Lima

Universidade Tecnológica Intercontinental, Paraguai

Maria Angélica Dornelles Dias

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Glêibia Matos Albuquerque de Souza

MUST University, Estados Unidos

Joanã Joaquim da Silva Gonçalves

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/n9szbb54>

Publicado em: 10.12.2025

Resumo: O artigo teve como objetivo analisar como o aprendizado em Braille e Libras pôde ser promovido como caminhos complementares para a inclusão escolar de estudantes com deficiência visual e auditiva. A investigação considerou a trajetória histórica e cultural dessas linguagens, o papel das tecnologias assistivas e as políticas públicas que sustentaram a perspectiva da educação inclusiva no Brasil. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir da leitura crítica de produções acadêmicas recentes, selecionadas em bases digitais. A análise demonstrou que o Braille e a Libras se constituíram como conquistas sociais e identitárias das comunidades envolvidas, rompendo com visões capacitistas e assegurando o direito de aprender em condições de equidade. Os resultados indicaram que as tecnologias assistivas ampliaram a autonomia e a participação dos estudantes, mas revelaram eficácia apenas quando integradas a projetos pedagógicos consistentes e acompanhadas por formação docente. Além disso, verificou-se que a Base Nacional Comum Curricular representou avanço normativo, embora ainda apresente limites de implementação em função da ausência de infraestrutura adequada e de profissionais capacitados. Concluiu-se que a inclusão escolar em Braille e Libras depende de articulação entre reconhecimento cultural, inovação pedagógica e efetivação de políticas públicas, configurando múltiplos caminhos para o mesmo destino: a democratização do acesso à educação.

Palavras-chave: Equidade; Acessibilidade; Identidade Linguística; Inclusão Educacional; Democratização.

Abstract: This article aimed to analyze how learning Braille and Libras could be promoted as complementary paths for the school inclusion of students with visual and hearing impairments. The investigation considered the historical and cultural trajectory of these languages, the role of assistive technologies, and the public policies that supported the perspective of inclusive education in Brazil. It was a bibliographical research, carried out through the critical reading of recent academic productions selected from digital databases. The analysis showed that Braille and Libras were established as social and identity achievements of the communities involved, breaking with ableist views and ensuring the right to learn under equitable conditions. The results indicated that assistive technologies expanded students' autonomy and participation but proved effective only when integrated into consistent pedagogical projects and accompanied by teacher training. In addition, it was verified that the National Common Curricular Base represented a normative advance, although it still presents implementation limits due to the lack of adequate infrastructure and trained professionals. It was concluded that school inclusion in Braille and Libras depends on the articulation between cultural recognition, pedagogical innovation, and the effectiveness of public policies, configuring multiple paths toward the same destination: the democratization of access to education.

Keywords: Equity; Accessibility; Linguistic Identity; Educational Inclusion; Democratization.

Introdução

A educação inclusiva representou, nas últimas décadas, um dos maiores desafios enfrentados pelas políticas públicas e pelas práticas pedagógicas no Brasil. O processo histórico revelou que pessoas com deficiência visual e auditiva permaneceram, por longo período, à margem da escolarização formal, enfrentando barreiras culturais, linguísticas e estruturais. A institucionalização do Braille e da Libras como línguas reconhecidas pelo Estado constitui avanço fundamental, mas não foi suficiente para assegurar plenamente o direito à aprendizagem em condições de igualdade.

A escolha pelo tema justifica-se pela necessidade de refletir sobre como o espaço escolar pôde promover inclusão efetiva a partir da valorização dessas linguagens. O Braille e a Libras, mais do que ferramentas técnicas, consolidaram-se como conquistas sociais e políticas das comunidades surda e cega. Contudo, a persistência de lacunas estruturais e pedagógicas mostrou que a inclusão não se efetivou apenas com o reconhecimento legal. Tornou-se necessário compreender de que forma metodologias pedagógicas, tecnologias assistivas e políticas educacionais se articularam para possibilitar a aprendizagem em múltiplos caminhos que conduzem a um mesmo destino: a equidade educacional.

A questão norteadora que orientou este trabalho foi: de que maneira a escola pôde integrar Braille e Libras como estratégias inclusivas, capazes de promover a aprendizagem de estudantes com deficiência visual e auditiva, garantindo-lhes condições de participação e autonomia?

O objetivo geral consistiu em analisar como o aprendizado em Braille e Libras pôde ser promovido como caminhos complementares para a inclusão escolar. Os objetivos específicos

foram: a) investigar os aspectos históricos e culturais que consolidaram essas linguagens como práticas de resistência e afirmação identitária; b) examinar o papel das tecnologias assistivas e das estratégias pedagógicas inclusivas no processo de ensino-aprendizagem; c) discutir os desafios impostos às políticas públicas e à Base Nacional Comum Curricular na efetivação do direito à educação em Libras e Braille.

A metodologia adotada caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, fundamentada na seleção e análise crítica de produções acadêmicas recentes. O corpus incluiu os trabalhos de Nascimento, Torres e Ribeiro (2022), que analisaram o papel das tecnologias assistivas na formação médica; Marques e Figueiredo (2024), que discutiram aspectos históricos, linguísticos e culturais do Braille e da Libras; e Oliveira *et al.* (2025), que examinaram a BNCC e as políticas inclusivas. A pesquisa seguiu etapas de busca em bases digitais como a SciELO, leitura exploratória e análise interpretativa das obras.

Os capítulos do artigo foram organizados de forma a possibilitar a progressão lógica da discussão. O primeiro capítulo tratou dos aspectos históricos e culturais do Braille e da Libras, analisando sua relevância identitária. O segundo capítulo discutiu as tecnologias assistivas e as estratégias pedagógicas inclusivas, enfatizando sua relação com a prática docente. O terceiro capítulo examinou as políticas públicas e a BNCC, destacando limites e desafios para a efetivação da inclusão escolar. Em seguida, foram apresentados os resultados e a análise dos dados, seguidos da conclusão, que sintetizou as principais contribuições do estudo e indicou caminhos para pesquisas futuras.

Dessa forma, o artigo foi estruturado para oferecer uma reflexão crítica sobre a inclusão escolar de estudantes com deficiência visual e auditiva, ressaltando que Braille e Libras, ainda que distintos em sua materialidade, convergem como instrumentos de garantia do direito à educação.

Metodologia

A pesquisa realizada foi de natureza bibliográfica, fundamentada na análise crítica de produções científicas que discutem a educação inclusiva a partir do ensino de Braille e Libras. Esse tipo de estudo baseia-se na leitura e interpretação de obras publicadas, buscando identificar pontos de convergência, divergência e complementaridade entre diferentes referenciais teóricos. A escolha por essa modalidade de investigação se justifica pela necessidade de reunir contribuições já consolidadas, ampliando a compreensão sobre o tema.

O processo investigativo seguiu etapas definidas. Inicialmente, foram determinadas as palavras-chave utilizadas nas buscas: 'Braille', 'Libras', 'educação inclusiva', 'tecnologias assistivas' e 'políticas educacionais'. Essas combinações simples permitiram localizar materiais de relevância acadêmica, evitando restringir a pesquisa a termos demasiadamente técnicos. Em seguida, foi realizada a busca em bases de dados de acesso aberto, com destaque para a SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), biblioteca eletrônica que reúne periódicos científicos revisados por pares em diferentes áreas do conhecimento.

Após a coleta, foi efetuada a leitura exploratória dos textos, com o objetivo de identificar aqueles que apresentavam maior pertinência para a discussão proposta. Foram adotados como critérios de inclusão a atualidade (publicações de 2022 a 2025), a relevância temática e a vinculação direta ao ensino de Braille e Libras. Textos opinativos, não revisados por pares ou sem aderência ao objeto investigado foram excluídos.

Durante o percurso, a formulação de hipóteses desempenhou papel orientador, uma vez que “a elaboração de hipóteses fundamentadas direciona a investigação científica.” (Santana; Narciso; Santana, 2025, p. 8). Essa afirmação demonstra a importância da clareza metodológica no processo de investigação, evitando análises fragmentadas ou desvinculadas do problema de pesquisa.

A utilização de bases digitais e de ferramentas de busca acadêmica exigiu, ainda, atenção às implicações éticas do trabalho científico. Como destacam Narciso e Santana (2025, p. 19461), “a utilização dessas tecnologias requer capacitação específica para os pesquisadores e a garantia de que os dados sejam tratados de maneira ética e responsável.” Nesse sentido, a seleção e a análise das fontes priorizaram a integridade dos textos e o respeito à produção intelectual dos autores consultados.

Por fim, compreendeu-se que a adoção da pesquisa bibliográfica não representa limitação metodológica, mas escolha coerente com os objetivos estabelecidos. Como salientam Santana e Narciso (2025, p. 1579), “nenhuma abordagem é superior, mas sim que cada uma possui potencialidades que podem ser exploradas conforme a natureza do problema investigado.” Assim, a investigação bibliográfica mostrou-se adequada para examinar as contribuições de diferentes perspectivas teóricas acerca do ensino inclusivo em Braille e Libras, fornecendo suporte para responder à questão norteadora e para alcançar os objetivos da pesquisa.

Aspectos históricos e culturais do braille e da libras

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é marcada pelo reconhecimento tardio das especificidades linguísticas de pessoas surdas e cegas. Conforme observam Marques e Figueiredo (2024, p. 7),

[...] a Libras e o Braille não surgiram apenas como sistemas técnicos, mas como formas de afirmação cultural e política das comunidades que historicamente foram marginalizadas no espaço escolar.

Esse aspecto revela que a inclusão não se restringe a oferecer ferramentas, mas envolve reconhecer línguas e culturas próprias. Tal perspectiva é reforçada por Oliveira *et al.* (2025), ao destacarem que a BNCC incorpora o compromisso com a diversidade, mas ainda enfrenta o desafio de efetivar condições para que línguas como Libras e o Braille sejam plenamente reconhecidas como meios de aprendizagem. Além da dimensão cultural, há também um aspecto histórico que precisa ser considerado. Marques e Figueiredo (2024, p. 10) apontam que:

[...] o Braille e a Libras enfrentaram, ao longo de sua institucionalização,

resistências significativas em virtude de visões capacitistas e da concepção de que a deficiência seria uma limitação absoluta. A valorização de tais linguagens representou uma mudança paradigmática, pois estabeleceu o direito de aprender e de comunicar-se em condições de igualdade, assegurando a legitimidade de identidades culturais e sociais antes invisibilizadas.

Esse entendimento é fundamental para compreender que tanto o Braille quanto a Libras se consolidaram como conquistas históricas das comunidades envolvidas. Nascimento, Torres e Ribeiro (2022) corroboram essa visão ao afirmar que as tecnologias assistivas que dão suporte a esses sistemas ampliam a autonomia e a participação dos estudantes, sendo necessárias políticas consistentes para seu fortalecimento.

No entanto, Oliveira *et al.* (2025) observam que a efetivação desses direitos encontra barreiras estruturais. Embora a BNCC traga diretrizes inclusivas, muitas escolas não dispõem de profissionais habilitados para a utilização de Libras ou para a transcrição de materiais em Braille. Isso demonstra a distância entre os avanços normativos e a realidade concreta.

É importante salientar que, para Marques e Figueiredo (2024), o reconhecimento cultural das línguas de sinais e do Braille contribui para romper preconceitos históricos. Todavia, como lembram Nascimento, Torres e Ribeiro (2022), a simples presença de tecnologias assistivas não garante inclusão se não houver formação adequada de professores.

Dessa forma, o debate histórico e cultural sobre Braille e Libras mostra que se trata de um processo em constante disputa. De um lado, existem avanços significativos na legislação e nas práticas pedagógicas; de outro, há limites estruturais e sociais que dificultam a efetivação do direito à educação inclusiva.

Tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas inclusivas

A presença das tecnologias assistivas no espaço escolar ampliou significativamente as possibilidades de acesso ao conhecimento por estudantes com deficiência visual e auditiva. Para Nascimento, Torres e Ribeiro (2022, p. 3),

[...] as tecnologias assistivas consistem em instrumentos fundamentais para favorecer a autonomia, permitindo que os estudantes desenvolvam competências acadêmicas em igualdade de condições com os demais.

Essa constatação aponta para a centralidade dos recursos tecnológicos na promoção da inclusão. Entretanto, Marques e Figueiredo (2024) lembram que tanto o Braille quanto a Libras não devem ser reduzidos a ferramentas técnicas, mas compreendidos como práticas sociais que carregam significados culturais. Desse modo, o uso pedagógico de tecnologias deve estar associado à valorização das identidades linguísticas.

Além disso, Oliveira *et al.* (2025) destacam que a Base Nacional Comum Curricular prevê a utilização de recursos acessíveis, mas não detalha as condições estruturais necessárias para sua efetivação. Isso faz com que muitas escolas enfrentem dificuldades na implementação,

por falta de profissionais capacitados ou de materiais adequados. Como enfatizam Nascimento, Torres e Ribeiro (2022, p. 7):

[...] o uso de *softwares* de leitura, aplicativos de tradução automática e materiais digitais acessíveis contribui para reduzir barreiras de comunicação e de aprendizagem. No entanto, esses recursos só atingem seu potencial máximo quando acompanhados de estratégias pedagógicas planejadas e da atuação de docentes preparados para utilizá-los de forma crítica e contextualizada.

Essa afirmação demonstra que a tecnologia, por si só, não garante a inclusão. A formação docente aparece como elemento indispensável para assegurar a efetividade das práticas pedagógicas. Marques e Figueiredo (2024) acrescentam que a Libras e o Braille só cumprem sua função emancipatória quando integrados ao cotidiano escolar como línguas de ensino, não como recursos eventuais. Oliveira *et al.* (2025, p. 12) reforçam esse ponto ao afirmar que:

[...] a escola inclusiva não pode restringir-se a disponibilizar equipamentos ou materiais acessíveis. É preciso construir estratégias didáticas que incorporem tais recursos em um projeto pedagógico amplo, orientado para a equidade. Caso contrário, corre-se o risco de manter os estudantes com deficiência à margem do processo educativo, mesmo com o aparato tecnológico disponível.

Esse argumento evidencia a necessidade de compreender a tecnologia como parte de um projeto maior de inclusão escolar. Nesse sentido, a BNCC, embora represente avanço normativo, precisa ser acompanhada por políticas públicas que assegurem a infraestrutura adequada e a formação continuada de professores.

Outro aspecto relevante é que as tecnologias assistivas podem potencializar práticas colaborativas entre estudantes, promovendo a aprendizagem conjunta. Para Marques e Figueiredo (2024), a Libras e o Braille, quando integrados a projetos pedagógicos interativos, favorecem a construção coletiva de saberes, superando a visão segregacionista que historicamente marcou a educação especial.

Contudo, Nascimento, Torres e Ribeiro (2022) alertam para os limites relacionados à acessibilidade digital, já que muitos *softwares* ainda não contemplam plenamente as especificidades de usuários cegos ou surdos. Tal limitação reforça a necessidade de investir em pesquisas voltadas à melhoria dos recursos disponíveis.

Portanto, a análise conjunta dos três autores permite concluir que as tecnologias assistivas e as estratégias pedagógicas inclusivas não podem ser pensadas de forma dissociada. A efetividade das práticas educativas depende de uma combinação entre recursos técnicos, reconhecimento cultural e formação docente crítica.

Assim, é possível afirmar que a inclusão só se concretiza quando tecnologia e pedagogia caminham juntas, articuladas a um projeto educacional comprometido com a equidade e com o respeito às diferenças.

Políticas públicas, BNCC e os desafios da inclusão escolar

A formulação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar tem se mostrado um campo de avanços e de contradições. A legislação brasileira reconheceu oficialmente a Libras e o Braille como instrumentos fundamentais de acesso à educação, mas ainda existem lacunas na efetivação desses direitos. Marques e Figueiredo (2024, p. 14) ressaltam que “a história das políticas inclusivas no Brasil revela avanços formais significativos, mas também uma constante dificuldade em torná-los realidade cotidiana nas escolas.”

Oliveira *et al.* (2025) destacam que a BNCC trouxe a inclusão como princípio orientador da educação básica, estabelecendo a necessidade de contemplar diferentes linguagens, como Libras e Braille. No entanto, a ausência de mecanismos claros de implementação compromete a efetividade dessa diretriz. Muitas escolas não dispõem de recursos técnicos, infraestrutura ou profissionais preparados para lidar com a diversidade. De acordo com Nascimento, Torres e Ribeiro (2022, p. 5):

[...] apesar de a legislação prever a oferta de tecnologias assistivas e adaptações curriculares, a implementação desses recursos depende de investimentos contínuos e da capacitação de docentes. A precariedade de políticas de acompanhamento compromete a efetividade da inclusão, mantendo a desigualdade de acesso à educação para estudantes com deficiência visual e auditiva.

Essa constatação revela que as políticas inclusivas não podem se restringir a documentos normativos. É necessário garantir condições concretas de execução, envolvendo financiamento, formação docente e acompanhamento pedagógico.

Marques e Figueiredo (2024) reforçam essa visão ao argumentar que a valorização do Braille e da Libras como línguas legítimas só ocorre quando o sistema educacional investe em práticas de ensino que os coloquem em igualdade com o português oral e escrito. Sem isso, a inclusão corre o risco de permanecer apenas no discurso. Oliveira *et al.* (2025, p. 16) acrescentam:

[...] a BNCC, ao propor uma escola para todos, apresenta princípios que apontam para a equidade. Todavia, a ausência de clareza nos mecanismos de operacionalização cria um hiato entre a prescrição normativa e a realidade escolar. As instituições, muitas vezes, ficam sem suporte para transformar em prática cotidiana as orientações legais, o que aprofunda desigualdades já existentes.

Essa análise reforça a crítica de que políticas públicas, quando formuladas sem previsão de condições estruturais, acabam transferindo a responsabilidade para as escolas e professores, sem garantir suporte efetivo. Nascimento, Torres e Ribeiro (2022) observam que a inclusão de estudantes surdos e cegos depende não apenas de recursos tecnológicos, mas de acompanhamento pedagógico contínuo. Para os autores, a falta de monitoramento das políticas compromete sua eficácia. Essa perspectiva converge com Marques e Figueiredo (2024), que apontam a necessidade de romper com a lógica meramente normativa, defendendo uma inclusão cultural e linguística.

No entanto, a análise de Oliveira *et al.* (2025) demonstra que, embora haja avanços na legislação, persiste a dificuldade em alinhar a BNCC com a realidade das escolas públicas.

A ausência de intérpretes de Libras, materiais em Braille e acessibilidade digital revela que a inclusão escolar ainda enfrenta limites estruturais.

A síntese entre os autores evidencia que as políticas inclusivas, para além do texto legal, necessitam de investimentos, formação continuada e acompanhamento efetivo. Caso contrário, o direito à educação inclusiva permanece restrito a um ideal não concretizado.

Portanto, a análise crítica da BNCC e das políticas inclusivas revela que o principal desafio é transformar princípios em práticas. Essa transformação exige diálogo entre políticas públicas, condições institucionais e formação docente, de modo a garantir que o direito à educação em Libras e Braille seja, de fato, assegurado a todos os estudantes.

Resultados e discussões

A análise dos três eixos desenvolvidos no estudo evidenciou que o aprendizado em Braille e Libras representa mais do que a apropriação de sistemas linguísticos distintos: trata-se de processos de afirmação cultural, identitária e política. Os resultados demonstraram que, ao reconhecer as especificidades da comunidade surda e da comunidade cega, a escola amplia suas possibilidades de inclusão e de equidade, superando perspectivas reducionistas que associavam a deficiência exclusivamente à limitação.

Constatou-se que a integração de tecnologias assistivas, associada a metodologias pedagógicas planejadas, contribuiu de maneira significativa para reduzir barreiras de comunicação e aprendizagem. Tais recursos, no entanto, revelaram-se eficazes apenas quando incorporados em práticas pedagógicas críticas, articuladas à valorização das identidades linguísticas. O uso isolado das tecnologias mostrou-se insuficiente para assegurar a plena participação dos estudantes, reforçando a importância de estratégias que combinem inovação tecnológica, formação docente e reconhecimento cultural.

As descobertas revelaram, ainda, que a Base Nacional Comum Curricular desempenhou papel relevante ao incluir a perspectiva da diversidade como princípio, mas a falta de clareza nos mecanismos de implementação limitou sua efetividade. A ausência de infraestrutura adequada, de materiais acessíveis e de profissionais habilitados permaneceu como obstáculo central, evidenciando um hiato entre a prescrição normativa e a prática escolar.

No diálogo com outros estudos, observou-se convergência na compreensão de que o reconhecimento do Braille e da Libras como línguas legítimas constitui marco fundamental para a educação inclusiva. Entretanto, as análises também confirmaram divergências sobre a forma como políticas públicas têm sido operacionalizadas, revelando uma distância entre o discurso oficial e a realidade cotidiana das instituições de ensino.

Entre as limitações identificadas, destacou-se a carência de pesquisas aplicadas que analisem a implementação prática das políticas inclusivas em diferentes contextos escolares, sobretudo nas redes públicas. Também se evidenciou a escassez de formação continuada de professores

voltada para o uso pedagógico de Libras, Braille e tecnologias assistivas, o que compromete a sustentabilidade das iniciativas inclusivas.

Um resultado inesperado consistiu no fato de que a ampliação de recursos tecnológicos, em alguns casos, não se traduziu em maior inclusão, mas reforçou desigualdades. Isso ocorreu quando os recursos foram disponibilizados sem a devida formação docente ou sem condições de acessibilidade plena, o que limitou seu alcance pedagógico. Esse achado mostrou que a inclusão não depende apenas da presença de ferramentas, mas da integração delas em projetos pedagógicos coerentes.

Diante desses resultados, torna-se evidente a necessidade de pesquisas futuras que investiguem de que modo diferentes redes de ensino têm aplicado as políticas inclusivas no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito ao ensino de Braille e Libras. Sugere-se também o aprofundamento de estudos que analisem o impacto das tecnologias assistivas na aprendizagem e na socialização dos estudantes, considerando variáveis como faixa etária, contexto socioeconômico e modalidades de ensino.

Assim, os resultados analisados reforçam a ideia de que a escola inclusiva demanda não apenas políticas públicas e recursos tecnológicos, mas também a construção de um projeto pedagógico crítico, democrático e culturalmente sensível, capaz de assegurar a todos os estudantes o direito de aprender e de se comunicar em condições de igualdade.

Conclusão

O estudo desenvolvido teve como propósito analisar de que maneira a escola pode promover o aprendizado em Braille e Libras como caminhos complementares para a inclusão educacional de estudantes com deficiência visual e auditiva. A questão norteadora foi respondida ao demonstrar que a efetivação desse processo depende da articulação entre reconhecimento histórico e cultural, uso crítico de tecnologias assistivas e implementação de políticas públicas consistentes.

Os objetivos propostos foram alcançados. Identificou-se, em primeiro lugar, que Braille e Libras não são meramente instrumentos técnicos, mas linguagens com valor cultural e identitário, fundamentais para a constituição de sujeitos de direito. Em segundo lugar, observou-se que as tecnologias assistivas, embora essenciais, somente produziram resultados efetivos quando integradas a práticas pedagógicas críticas e acompanhadas por formação docente adequada. Por fim, verificou-se que a Base Nacional Comum Curricular representou um avanço normativo, mas ainda apresenta lacunas quanto às condições práticas de implementação, revelando desafios que limitam a plena inclusão.

As principais conclusões indicaram que a inclusão não pode restringir-se a normativas ou ao fornecimento de equipamentos. Ela requer compromisso pedagógico, investimento em políticas de formação e acompanhamento sistemático das ações. Constatou-se que, quando a escola integra Braille e Libras em seu projeto pedagógico de forma planejada e crítica, cria

condições para o desenvolvimento da autonomia, da equidade e da participação social dos estudantes.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a investigação de experiências concretas de escolas que implementaram práticas inclusivas com Braille e Libras, a fim de avaliar seus impactos sobre a aprendizagem e a socialização. Sugere-se também a análise das políticas públicas em diferentes contextos regionais, de modo a identificar estratégias que possam ser replicadas e aprimoradas.

Assim, concluiu-se que o aprendizado em Braille e Libras representa múltiplos caminhos que convergem para um mesmo destino: a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de reconhecer e valorizar as diferenças como condição essencial para a democratização da educação.

Referências

D' OLIVEIRA, Karen Santos *et al.* A BNCC e a educação inclusiva: como tornar a escola um espaço para todos?. **ARACÊ**, v. 7, n. 4, p. 17205-17223, 2025.

MARQUES, H. R.; FIGUEIREDO, P. dos S. *Libras e Braille*: uma análise crítica, histórica e linguística sobre os dois sistemas de inclusão. **Comunicação & Sociedade**, v. 46, n. 46, p. 4-25, 2024.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2024.

NASCIMENTO, M. I. do; TORRES, R. C.; RIBEIRO, K. G. F. Tecnologias assistivas para deficiência visual e auditiva ofertadas aos estudantes de medicina no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 46, n. 1, p. e0264, 2022.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.